



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS
(Academia Real Militar/1811)
DIVISÃO DE ENSINO – CADEIRA DE DIREITO**

Aprovado pelo BI/DESMil nº _____, de _____/_____/2018.

Curso/Seção: Divisão de Ensino/Direito
Disciplina: Introdução ao Estudo de Direito. (IED) - 1º ANO
Ano: 2019

COMPETÊNCIA PRINCIPAL: <ul style="list-style-type: none">- Realizar atividades inerentes à função de Oficial Subalterno nas OM de Corpo de Tropas;- Comandar frações em situações de guerra e não guerra;- Realizar Gestão Organizacional.
UNIDADES DE COMPETÊNCIAS: <ul style="list-style-type: none">- Atuar como comandante de frações de tropa em OM do Exército em tempo de guerra e não guerra;- Atuar como instrutor em OM de Corpo de Tropa e em escolas de formação;- Planejar e conduzir o emprego tático de frações em operação convencional e mão convencional;- Conduzir o emprego de frações em operações de manutenção de paz, em ações subsidiárias e de segurança integrada;- Realizar atividade de natureza jurídico e/ou penal;- Realizar atividade de natureza administrativa;- Conduzir o emprego da fração em Operações de Cooperação e de Coordenação com Agência.
ELEMENTOS DE COMPETÊNCIAS: <ul style="list-style-type: none">- Ministrar instrução militar elaborando QTS, plano de sessão de instrução e avaliação da aprendizagem;- Realizar atividade normativa e consultiva de natureza jurídico e/ou penal;- Realizar aplicações dos dispositivos legais penais e/ou disciplinares;- Realizar atividades de administração financeira, patrimonial, de pessoal e de gestão ambiental;- Comandar fração de tropa em operações de garantia da lei da ordem e dos poderes constitucionais, em operações sob a égide de organismos internacionais e em operações de apoio à política externa em tempo de paz ou crise;- Comandar fração de tropa em outras operações em situações de não guerra, particularmente na

segurança de grandes eventos e de chefe de estados; na garantia da votação e apuração, e na atuação contra delitos transfronteiriços.

UD I: LIÇÕES PRELIMINARES DO DIREITO	Cg H: 16		OBJETIVOS DA APRENIZAGEM EIXO TRANSVERSAL
	D	N	
ASSUNTOS			
<p><u>1. Direito e sociedade</u></p> <p>- Definição de direito como instrumento de controle social estabelecimento as suas notas distintivas dos demais instrumentos como, moral, religião e trato social.</p>	16		<p>Definir os instrumentos de controle social, direito, moral, religião e trato social com base nas suas notas distintivas. (CONCEITUAL)</p> <p>ET- Capacidade cognitiva de compreensão de padrões lógicos</p>
<p><u>2. Fontes do Direito</u></p> <p>- Fontes materiais e formais do Direito; Lei, Jurisprudência, Costume Jurídico, Princípios Gerais do Direito, Tratados</p> <p>- Teoria Tridimensional do Direito.</p>			<p>Analisar a Lei, a Jurisprudência, o Costume Jurídico, os Princípios Gerais do Direito e os Tratados ratificados pelo Brasil como principais normas jurídicas empregadas no direito brasileiro. (CONCEITUAL)</p> <p>ET- Capacidade cognitiva de raciocínio dedutivo</p>
<p><u>3. Normal jurídica legal</u></p> <p>a. Processo Legislativo</p>			<p>Analisar a Emenda Constitucional, Lei Complementar, Lei Ordinária, Medida Provisória, Decretos Legislativos, Resoluções e Decretos Executivos como principais normas jurídicas legais empregadas no direito brasileiro. (CONCEITUAL)</p>
<p>b. Formalismo redacional pelas análise da Lei Complementar 95/98.</p>			<p>Revisar e modificar os dispositivos legais que se aplicam às situações administrativas da OM, com base em Lei Complementar 95/98. (PROCEDIMENTAL).</p> <p>ET- Capacidade cognitiva de criatividade e expressão escrita</p>
<p>c. Tipificação legal.</p>			<p>Citar o amparo legal que tipifica as condutas de seus subordinados com base nos dispositivos legais penais, disciplinares e administrativas da OM. (FACTUAL)</p>
<p>d. Hermenêutica jurídica e os elementos de interpretação gramatical, logico-sistemático, teleológico e histórico.</p>			<p>Realizar a interpretação para correta aplicação dos dispositivos legais penais, disciplinares e administrativas da OM. (CONCEITUAL).</p> <p>ET- Capacidade cognitiva de comparação</p>
<p>e. Divisões do Ordenamento jurídico brasileiro e a classificação da norma legal.</p>	<p>Classificar os ramos do direito em público ou privado e definir o objeto e o alcance das disciplinas que os compõem. (CONCEITUAL)</p> <p>ET- Capacidade cognitiva de comparação</p>		

f. A eficácia da lei no tempo e no espaço.			Analisar a eficácia, no tempo e no espaço, dos dispositivos legais penais e/ou disciplinares vigentes em situações penais e administrativas da OM (CONCEITUAL) ET- Capacidade cognitiva de raciocínio dedutivo
--	--	--	--

UD II. TEORIA GERAL DO ESTADO	Cg H: 04		OBJETIVOS DA APRENIZAGEM EIXO TRANSVERSAL
ASSUNTOS	D	N	
1. <u>Estado</u> a. Teoria Geral dos Estados: conceito, seus elementos constitutivos e fins.	4		Classificar os Estados com base nos seus elementos constitutivos, seus objetivos, fundamentos e fins. (CONCEITUAL) ET- Capacidade cognitiva de comparação
b. Formas de Estados e formas e sistemas de Governos.			Classificar os Estados pela análise das formas de Estado e dos sistemas e formas de Governo. (CONCEITUAL) ET- Capacidade cognitiva de comparação

UD III. DIREITO CONSTITUCIONAL	Cg H: 30		OBJETIVOS DA APRENIZAGEM EIXO TRANSVERSAL
ASSUNTOS	D	N	
1. <u>Princípios fundamentais do Estado brasileiro</u> - Os Fundamentos do Estado Brasileiro; - Os Objetivos do Estado Brasileiro; - Os princípios que regem as relações internacionais brasileiras.	10		Analisar os princípios fundamentais do Estado Brasileiro, seus objetivos, fundamentos e os princípios que regem suas relações internacionais. (CONCEITUAL) ET-Capacidade cognitiva de raciocínio dedutivo
2. <u>Direitos Fundamentais</u> a. Direitos e deveres individuais e coletivos. -Principais direitos fundamentais; -Princípios constitucionais do processo; -Princípio de direito penal.			Realizar operações em situações de não guerra e atividades de natureza administrativas e jurídico e/ou penal, respeitando os direitos fundamentais estatuídos na Constituição Federal. (PROCEDIMENTAL)
b. Garantias constitucionais - Habeas Corpus; - Mandado de Segurança; Mandado de Segurança Coletivo; - Mandado de Injunção; - Habeas Data e Ação Popular.			Analisar as garantias constitucionais como instrumentos jurídicos que asseguram o gozo dos direitos fundamentais. (CONCEITUAL) ET-Capacidade cognitiva de raciocínio dedutivo
c- Direitos sociais -Principais direitos sociais dos trabalhadores urbanos e rurais, do funcionalismo civil e dos militares;			Analisar os direitos sociais individuais e coletivos dos trabalhadores urbanos e rurais, do funcionalismo civil e dos militares estabelecidos na Constituição

<ul style="list-style-type: none"> - Direitos sociais coletivos dos trabalhadores urbanos e rurais e dos militares. 		<p>Federal. (CONCEITUAL) ET-Capacidade cognitiva de raciocínio dedutivo</p>
<p>UD III. DIREITO CONSTITUCIONAL</p>	<p>Cg H: 30</p>	<p>OBJETIVOS DA APRENIZAGEM EIXO TRANSVERSAL</p>
<p>ASSUNTOS</p>	<p>D</p>	<p>N</p>
<p>d. Nacionalidade e naturalização.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Noção de nacionalidade e critérios internacionais para aquisição da nacionalidade originária; - Nacionalidade no direito brasileiro; - Naturalização; - Direitos especiais dos portugueses; - Distinção entre brasileiros natos e naturalizados; - Perda e reaquisição da nacionalidade; - Conflitos de nacionalidade, positivos e negativos. 		<p>Analisar os critérios para o reconhecimento do brasileiro nato, as espécies de naturalização e as limitações impostas pela constituição aos estrangeiros e brasileiros naturalizados. (CONCEITUAL) ET- Capacidade cognitiva de raciocínio dedutivo</p>
<p>e. Cidadania e direitos políticos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Condições de elegibilidade e de alistabilidade; - Plebiscito, referendo e iniciativa popular. 		<p>Analisar as formas de exercício da soberania popular oferecidas pelo voto direto e secreto, plebiscito, referendo e iniciativa popular e as condições elegibilidade e alistabilidade apresentadas na Constituição Federal de 1988. (CONCEITUAL) ET- Capacidade cognitiva de raciocínio dedutivo</p>
<p><u>3. Organização do Estado e dos Poderes</u></p> <p>a. Organização do Estado.</p> <ul style="list-style-type: none"> - União; - Estados-membros e Distrito Federal; - Municípios. 	<p>12</p>	<p>Analisar a organização jurídica e administrativa da Republica Federativa do Brasil com base na repartição das competências de seus entes federados. (CONCEITUAL) ET- Capacidade cognitiva de raciocínio dedutivo</p>
<p>b. O Poder Legislativo.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Atribuições; - Sistema Cameraris; - Sistemas e Circunscrições eleitorais; - Alistamento e elegibilidade; - Legislatura; - Imunidades, Prerrogativas e Impedimentos; - Comissões. 		<p>Analisar a organização do Poder Legislativo da União e as suas principais funções. (CONCEITUAL) ET- Capacidade cognitiva de raciocínio dedutivo</p>
<p>c. O Poder Executivo.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Atribuições; - Eleição do chefe do Poder Executivo; 		<p>Analisar a organização do Poder Executivo da União, do Ministério da Defesa e as principais atribuições do</p>

<ul style="list-style-type: none"> - Os crimes de responsabilidade do Presidente da República; - Atribuições do Presidente da República como Comandante das Forças Armada; - Ministério da Defesa; - Conselho da República e da Defesa. 		<p>Presidente da República como Comandante das Forças Armadas (CONCEITUAL). ET- Capacidade cognitiva de raciocínio dedutivo</p>
UD III. DIREITO CONSTITUCIONAL	Cg H: 30	
ASSUNTOS	D	N
<p>d. O Poder Judiciário</p> <ul style="list-style-type: none"> - A função jurisdicional; - Garantias e as Limitações dos magistrados; - Garantias do poder judiciário; - Organização da justiça brasileira; - Supremo Tribunal Federal; - Superior Tribunal de Justiça; - A justiça federal - Justiça comum estadual. 	8	<p>Analisar a organização Judiciária e as principais funções da justiça comum e federal e especial com ênfase na justiça militar. (CONCEITUAL)</p> <p>ET- Capacidade cognitiva de raciocínio dedutivo</p>
<p>e. A justiça militar federal e estadual e as Funções essenciais à justiça</p> <ul style="list-style-type: none"> - A justiça especializada militar federal e estadual; - Superior Tribunal Militar; - Ministério Público Civil e Militar; - Advocacia Geral; - Defensoria Pública; 		<p>Analisar a organização e as principais funções do Superior Tribunal Militar e as funções do Ministério Público Militar, Advocacia Geral e Defensoria Pública. (CONCEITUAL)</p> <p>ET- Capacidade cognitiva de raciocínio dedutivo</p>
<p><u>4. Intervenção e o Sistema constitucional das crises</u></p> <ul style="list-style-type: none"> a. Intervenção federal; b. Estado de defesa; c. Estado de sítio. 		<p>Analisar os dispositivos constitucionais que estabelecem as diretrizes legais da Intervenção Federal, do Estado de Defesa e do Estado de Sítio (CONCEITUAL).</p> <p>ET- Capacidade cognitiva de raciocínio dedutivo</p>
<p><u>5. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas</u></p> <ul style="list-style-type: none"> a. Forças Armadas b. Órgãos de Segurança pública. - Polícias da União; - Polícias dos Estados; 		<p>Analisar os princípios constitucionais que regem a organização e a destinação das Forças Armadas e dos órgãos de segurança pública (CONCEITUAL)</p> <p>ET- Capacidade cognitiva de raciocínio dedutivo</p>

UD III. Direito Civil	Cg H: 06		OBJETIVOS DA APRENIZAGEM EIXO TRANSVERSAL
ASSUNTOS	D	N	
<p><u>1. Relações jurídicas,</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Conceito elementos e objeto; - Proteção jurídica. 			<p>Analisar os elementos constitutivos das relações jurídicas, seu objeto e sua proteção jurídica (CONCEITUAL).</p>

<u>2. Sujeito de direito</u> - Pessoa natural e jurídica.	06	Conceituar pessoa física e jurídica como sujeitos de uma relação jurídica com base na legislação civil (CONCEITUAL)
<u>3. Noções gerais do contrato e das obrigações</u> - Conceito, elementos, objetos e classificação dos contratos; - Conceito e modalidades, efeitos inexecução do pagamento das obrigações.		Compreender os principais institutos dos contratos e das obrigações cíveis. (CONCEITUAL)

GRADE DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

MODALIDADE	TIPO	FERRAMENTA	TEMPO DESTINADO	RETIFICAÇÃO DA APRENDIZAGEM	UD AVALIADAS
SOMATIVA	AA	TESTES; EXERCÍCIOS; ou TRABALHOS. 1 (uma) Avaliação	-	-	I e II
SOMATIVA	AC	PROVA FORMAL 1 (uma) Avaliação	02	02	II e III

ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

1. Procedimentos didáticos

- a. A cadeira IED disponibilizará no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) todo material didático (texto de apoio, exercícios de memorização e aplicação) que serão utilizados no desenvolvimento dos assuntos, criando assim oportunidades para que os cadetes possam realizar um estudo prévio dos conteúdos que serão trabalhados em sala de aula. Possibilitando o emprego da metodologia de ensino de “SALA DE AULA INVERTIDA”, tudo com a finalidade de propiciar aulas mais produtivas e participativas e menos expositivas.
- b. Durante as aulas, sempre que tecnicamente seja possível e que o conteúdo permita, o cadete e o professor deverão utilizar METODOLOGIAS ATIVAS DE APRENDIZAGEM (MAA) com suporte em pesquisas na internet e emprego de aplicativos como “Poll Everywhere”, “Brain Focus”, “Mentimeter”, “Kahoot”, “Remote Mouse”, dentre outros;
- c. Os professores deverão empregar os métodos didáticos e técnicas de ensino validadas no Manual do Instrutor como: discussão dirigida; o estudo de caso; estudo preliminar; grupo de oposição; pesquisa e trabalho em grupo; Philips 66 e tempestades de ideias. Tais métodos e técnicas visam desenvolver as capacidades cognitivas do eixo transversal como expressão verbal e escrita e servirão de instrumentos para avaliação atitudinais do P4A. Oferecerem, também, oportunidades para desenvolvimento de conteúdos interdisciplinares. A constituição dos grupos de estudo deverá obedecer às sugestões da seção psicopedagógico;
- d. Diante desta oferta de inúmeros métodos e técnicas a cadeira deverá, previamente, definir aquela que, com suas ações mais contribua para que sejam atingidos os OBJETIVOS PROPOSTOS PARA ASSUNTO, e que, conduzam aos ELEMENTOS DE COMPETÊNCIAS, que por sua vez, nascem das UNIDADES DE COMPETÊNCIA, tudo com a finalidade de atingir as

COMPETÊNCIAS PRINCIPAIS estabelecidas neste PLADIS;

- e. A cadeira deve estabelecer um rodízio de turmas ao final de cada unidade didática ou grupo de assuntos de forma que todo o professor, ao final do processo, tenha ministrado aulas para todas as turmas.

2. Indicações básicas de segurança na instrução

- Não se aplicam à disciplina, tendo em vista que será ministrada em sala de aula ou anfiteatro próprio no conjunto principal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FIUZA, Cesar. **Direito Civil: Curso Completo**. 18ª edição. São Paulo: RT, 2015.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 20ª edição. São Paulo: Saraiva, 2016.

MENDES, Gilmar. **Curso de Direito Constitucional**. 12ª edição. São Paulo: Saraiva, 2017.

MORAES, Alexandre. **Direito Constitucional**. 33ª edição. São Paulo: Atlas, 2017.

NADER, Paulo. **Introdução ao Estudo do Direito**. 39ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

REALE, Miguel. **Lições Preliminares de Direito**. 27ª edição. São Paulo: Saraiva, 2002.

SILVA, José. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 40ª edição. São Paulo: Malheiros, 2017.

STOLZE, Pablo. **Novo Curso de Direito Civil**. São Paulo: Saraiva, 2016.